



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL N.º 019/2023

PREGAO ELETRÔNICO N.º 017/2023

ÍNDICE

EDITAL N.º 019/2023	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DO CREDENCIAMENTO	4
4 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	11
9 - DA HABILITAÇÃO	13
10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	18
11 - DOS RECURSOS	19
12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	20
13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	20
14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	20
15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	21
16 - DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL	22
17 - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	22
18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	22
19 - DO PAGAMENTO	22
20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	22
21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	27
1 - DA MODALIDADE	27
2 - DO OBJETO	27
3 - DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	29
4 - DA JUSTIFICATIVA POR AGRUPAMENTO	30
5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS	30
6 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	31
7 - DO ENDOSSO	36



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8 - DOS VEÍCULOS	37
9 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO	40
10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	41
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	42
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	46
1 - DAS PARTES	46
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	46
3 - DO OBJETO	46
4 - DO VALOR E DOTAÇÃO	47
5 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL	49
6 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	50
7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	50
8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	51
9 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	54
10 - DA FORMA DE PAGAMENTO	55
11 - DO REAJUSTE	57
12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	57
13 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	57
14 - DA SUBCONTRATAÇÃO	58
15 - DA FISCALIZAÇÃO	58
16 - DOS ENCARGOS E TRIBUTOS	58
17 - DA RESCISÃO DO CONTRATO	59
18 - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS	59
19 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	63
20 - DAS VEDAÇÕES	64
21 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA	64
22 - DOS CASOS OMISSOS	64
23 - DA PUBLICAÇÃO	64
24 - DO FORO	65



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL N.º 019/2023

PREGAO ELETRÔNICO N.º 017/2023

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS - CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 090/2023, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 55119/2023**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO DO GRUPO**.

DATA: 25 de abril de 2023, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro veicular para 61 (sessenta e um) veículos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será realizada em grupo único, formados por 61 (sessenta e um) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista às contas de Orçamentos nº nº 6.2.2.1.1.01.04.09.023 - Seguros de Bens Móveis, referentes ao exercício de 2023.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1.1 - Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.2 - Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.2 - Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

4.2.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 - Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 - Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 - Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 - Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

a) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

b) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 - Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Valor unitário e total do item;

6.1.2 - Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante Planilha de Custo e formação de preços, quando for o caso, observando incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Anexo I - Termo de Referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, **deverá ser considerado o descritivo do Anexo I - Termo de Referência.**

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento).**

7.9 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 - O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.20 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da **melhor** proposta ou **melhor** lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

- a) Prestados por empresas brasileiras;
- b) Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

a) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao **valor de referência** para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - A análise da exequibilidade da proposta de preços poderá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser apresentada pelo licitante em relação à sua proposta final.

8.3 - A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 - A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 - Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 - Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 - Apresentar preço manifestamente inexecuível;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

a) Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a.1) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

a.2) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo, quando for o caso, que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 - Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo, quando for o caso, readequadas com o valor final ofertado.

8.10 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.11 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);

9.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “9.1.2”, “9.1.3” e “9.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.3.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6.1 - O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.6.2 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.6.3 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.7 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.10.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11 - Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12 - Habilitação jurídica:

9.12.1 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.12.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.12.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.12.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.12.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.12.6 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.12.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13 - Regularidade fiscal e trabalhista:

9.13.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13.5 - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.6 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.14 - Qualificação Econômico-Financeira:

9.14.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) A certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão;

b) Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado acompanhado da Certidão Positiva com efeitos de Negativa exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

9.14.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, ou Balanço Patrimonial via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED: com TERMO DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO e com recibo de entrega.

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.14.3 - comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.14.4 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.15 - Qualificação Técnica

9.15.1 - Quanto à capacitação técnico-operacional:

a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de **Atestado(s)** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

a.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

a.3) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5/2017.

9.15.2 - Ainda para fins de habilitação, será avaliado o seguinte documento complementar:

a) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Superintendência Seguros Privados (SUSEP) órgão competente, nos termos do art. 36, alínea a, do Decreto Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966.

9.16 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.17 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.17.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.19 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.20 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.21 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 - Será permitida a assinatura digital do contrato em meio eletrônico, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.2.

15.2.2 - O Crea-GO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.2.

15.2.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o Crea-GO para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 - Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 - A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 - A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 - O prazo de vigência é **0 (zero) horas do dia 01/05/2023 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 30/04/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

15.5 - Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

15.5.1 - Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 - DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

16.1 - As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no instrumento contratual, anexo a este Edital.

17 - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - Os critérios de aceitação do objeto e de Fiscalização estão previstos no Termo de Referência e instrumento contratual, anexo a este Edital.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no instrumento contratual, anexo a este Edital.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no instrumento contratual, anexo a este Edital.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

20.1.2 - Apresentar documentação falsa;

20.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 - Não manter a proposta;

20.1.6 - Cometer fraude fiscal;

20.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

20.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

20.6 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento Contratual.

21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@creago.org.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, devendo ser entregue até às 17:00 horas à Comissão de Licitação, Piso 01, antiga Sala dos Profissionais, Departamento de Licitação, na Sede do Crea-GO.

21.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

21.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 - Fica assegurado ao Crea-GO o direito de revogar a licitação decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.8 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

22.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.creago.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço situado à Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, Goiânia – Goiás na sede do Crea-GO, no Departamento de Licitação, Piso 01, antiga Sala dos Profissionais, nos dias úteis, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.13 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.13.1 - ANEXO I – Termo de Referência

22.13.2 - ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial

22.13.3 - ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Goiânia, 11 de abril de 2023.

Victor Augusto Aragão Aguiar
Departamento de Licitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DA MODALIDADE

1.1 - Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço do Grupo.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro veicular para 61 (sessenta e um) veículos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	VEÍCULO	ANO/MODELO	VALOR ANUAL (R\$)
1	VW Kombi Standard 1.4 8V TOTAL FLEX	2008/2009	4.996,72
2	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	2.754,03
3	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	2.754,03
4	Renault Master Minibus Executive 2.3 DCI	2013/2014	7.398,93
5	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	2.935,81
6	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	2.935,81
7	Toyota Corolla 2.0 Xei Flex 16V	2015/2016	3.761,63
8	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	3.097,64
9	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	3.097,64
10	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	3.097,64
11	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	3.097,64
12	Toyota Corolla 2.0 XRS Flex 16V	2019/2019	4.109,78
13	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
14	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
15	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
16	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
17	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
18	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
19	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

20	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
21	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
22	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
23	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
24	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
25	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
26	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
27	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
28	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
29	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
30	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
31	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
32	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	3.101,53
33	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	3.049,25
34	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
35	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
36	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
37	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
38	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
39	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
40	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
41	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
42	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
43	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
44	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
45	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
46	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
47	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
48	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
49	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
50	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	3.152,69
51	Ford Ranger XLS 2.2 4P	2022/2023	7.555,57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

52	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
53	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
54	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
55	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
56	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
57	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
58	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
59	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
60	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
61	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	6.242,43
VALOR GLOBAL:			R\$ 232.274,51

2.2 - O custo estimado da contratação é de R\$ 232.274,51 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

3 - DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Tendo em vista que o Crea-GO, autarquia federal, instituído pela Lei nº 5.194/66 como entidade fiscalizadora do exercício das profissões de engenharia, agronomia e geociências, responsável por disponibilizar meios de transporte adequado a fiscalização, para execução das atividades finalísticas do conselho decorrentes da aplicação da Lei nº 5.194/66, fazem-se necessária ações que permitam o atendimento da legislação com vistas ao cumprimento da missão institucional do Conselho.

3.2 - Sendo assim, em virtude da possibilidade da ocorrência de de diversas situações acidentais e, portanto imprevisíveis, tais como colisão, roubos, furtos e incêndios, o Crea-GO contrata anualmente serviços de seguro patrimonial para bens móveis (veículos) de sua posse e responsabilidade, visando minimizar os eventuais prejuízos, por vezes, imensuráveis, oriundos de sinistros dessa natureza, permitindo, assim, o justo ressarcimento de forma ágil, eficiente e com o melhor preço para a Administração.

3.3 - Julga-se que a solução pretendida é a mais conveniente para o atendimento da demanda, considerando-se os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como para se assegurar o qual seja o de “zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público”, principalmente diante de tais situações alheias à vontade humana.

3.4 - É de se registrar, por fim, que a eventual ausência de cobertura na ocorrência de sinistros em bens de propriedade do Crea-GO poderá ensejar a não reparação dos eventuais danos materiais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

sofridos. Logo, depreende-se que o objeto pretendido possui natureza continuada, uma vez que para enquadramento dos serviços como contínuo é fundamental eles sejam essenciais e habituais, conforme proferido no Acórdão nº 132/2008-TCU. Desse modo, infere-se que tais serviços, embora não inseridos nas atividades finalísticas do Crea-GO, são indispensáveis ao regular, habitual e ininterrupto desenvolvimento de todas as áreas do Conselho, tanto administrativas quanto operacionais, buscando a continuidade dos serviços prestados.

3.5 - A partir do fim da vigência do Contrato e seus aditivos, é necessário a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço serviços de seguros veiculares de forma a garantir o objetivo deste novo contrato.

4 - DA JUSTIFICATIVA POR AGRUPAMENTO

4.1 - A jurisprudência do TCU estabelece que, em regra, deve-se utilizar a adjudicação por item e não por preço global ou em lotes, contudo serviços e/ou materiais similares ou que possuam a mesma natureza podem ser agrupados em lote/grupo, desde que este agrupamento não eleve os custos da contratação de forma global, nem tampouco afete a integridade do objeto pretendido ou comprometa a perfeita execução do mesmo.

4.2 - O agrupamento se faz pela conveniência e inter-relação entre serviços que serão prestados, sendo mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a unificação da solução requerida, com isso acarretará vantagem à Administração, na medida em que se gera economia de escala, pois implica em aumento de quantitativos e redução de preços a serem pagos, bem como despertará um maior interesse nos fornecedores em participar do certame em relação a esses itens, estimulando, desse modo, a competitividade. Além disso proporcionará a melhor fiscalização do trabalho a ser realizado.

5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

5.1 - Os serviços descritos neste Termo de Referência são de natureza comum, continuado, uma vez que possuem padrões de qualidade e desempenho definidos por meio de especificações usuais do mercado, atendo o disposto do parágrafo único, do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

5.2 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.1 - Cobertura abrangente para cada veículo: furto, roubo, colisão, incêndio, danos causados a terceiros (tanto corporais como materiais), abaloamento, capotagem acidental, queda acidental em precipícios ou pontes, granizo, submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, danos causados por animais, com as seguintes especificações mínimas, descritas abaixo.

6.1.1 - Especificações comuns a todos os veículos:

- a) Cobertura do casco: 100% da Tabela FIPE NACIONAL;
- b) RCF - V – Danos Materiais: R\$ 100.000,00 por veículo;
- c) RCF - V – Danos corporais: R\$ 100.000,00 por veículo;
- d) RCF - V – Danos Morais: R\$ 30.000,00 por veículo;
- e) APP – Morte: R\$ 30.000,00 por passageiro;
- f) APP – Invalidez permanente: R\$ 30.000,00 por passageiro;
- g) Lotação: em todo Estado de Goiás
- h) Tipo: Pas/Automóvel;
- i) Assistência 24 horas (obrigatória);

6.1.2 - Características Comuns a todos os veículos:

- a) Podem ser vistoriados pela interessada nas respectivas Regionais e Inspetorias mediante agendamento prévio junto ao Crea-GO;
- b) O Crea-GO não possui veículos blindados e não existem veículos indisponíveis ou parados em oficinas;
- c) Todos os veículos da frota do Crea-GO possuem características originais do fabricante, que por sua vez possui o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo em completo acordo com as normas de trânsito;
- d) São utilizados nas atividades finalísticas do Crea-GO, decorrentes da aplicação da Lei nº 5.194/66, de acordo com a finalidade de cada veículo, inexistindo do tipo ambulância ou indisponíveis em manutenção;
- e) Os veículos serão conduzidos por motoristas habilitados, devidamente autorizado pelo Crea-GO;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

f) Possuem travas em funcionamento, não sendo autorizada a instalação de outros equipamentos pela empresa Contratada;

g) As coberturas devem englobar inclusive os casos de veículos guardados em subsolo e acidentes ocorridos durante eventuais transportes por qualquer meio apropriado, bem como, o roubo ou furto total exclusivo do rádio, dvd, desde que este faça parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;

6.1.3 - Os serviços de assistência devem incluir:

a) Serviços de guincho no percurso de até 700 km, excluído o eventual retorno do transportador, com prazo máximo para atendimento de 90 (noventa) minutos, contados a partir da comunicação do Crea-GO;

b) Transporte adequado (taxi, aéreo ou veículo locado, a critério da seguradora), para motorista e ocupante(s), limitado a capacidade máxima do respectivo veículo, no percurso mínimo de até 500 km (quinhentos quilômetros), excluído o eventual retorno do transportador, com prazo máximo para atendimento de 90 (noventa) minutos, contados a partir da comunicação do Crea-GO;

c) Estada em hotel, quando o veículo segurado não puder se locomover por meios próprios em consequência de pane elétrica ou mecânica ou danos nele ocasionados em virtude de acidente, a seguradora deve garantir aos ocupantes do veículo segurado, estada em hotéis desde que a reparação do veículo necessite de um tempo superior a 6 (seis) horas, limitado a 48 horas. O tempo de conserto do veículo será definido de acordo com as normas da oficina escolhida e notificação formal dela à Seguradora;

d) Serviços de chaveiro 24 (h):

d.1) Para veículo segurado que utiliza chaves codificadas elétrica/eletrônica ou pantográficas, a seguradora garantirá sua remoção para a concessionária mais próxima respeitando o limite de quilometragem estipulado na cobertura "Serviço de Guincho". Os custos com a confecção da nova chave ocorrerão por conta do Segurado. Quando a confecção da chave não puder ser efetuada no mesmo dia por impossibilidade da concessionária, será oferecida aos ocupantes do veículo segurado a cobertura da "Estada em hotel", respeitando-se seus limites e prazo de 48 horas de imobilização. Tratando-se de quebra, perda, roubo, furto ou extravio da chave da tampa de combustível, será garantida apenas a sua abertura.

e) Troca de pneu:

e.1) Garante a troca de pneu furado ou avariado pelo estepe quando o veículo segurado ficar impossibilitado de circular. Caso seja constatado que o estepe está sem condições de uso, o prestador providenciará a remoção do veículo para uma borracharia mais próxima do local do evento. Será fornecido também um meio de transporte, definido pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Seguradora, para os ocupantes do veículo segurado, até o local onde o pneu será reparado, desde que o veículo esteja em trânsito.

f) Reboque ou transporte em caso de pane seca:

f.1) Em caso de pane seca (falta de combustível), o veículo será rebocado ou transportado para o posto de combustível mais próximo do local do evento, que seja cadastrado no sistema do cartão de abastecimento do Crea-GO, indicado pelo Crea-GO, respeitando o limite de quilometragem estipulado no serviço “Serviço de Guincho”.

f.2) Limite de quilometragem para solicitação do serviço: a partir de 50 km da residência do Segurado.

g) Remoção inter-hospitalar:

g.1) Transporte inter-hospitalar para os ocupantes do veículo quando eles sofrerem lesões em virtude de acidente de trânsito com o veículo segurado e houver falta de recurso para o tratamento no estabelecimento de internação. A partir do envio à Seguradora do laudo/informe médico, sua equipe médica manterá contato com o Centro Hospitalar ou com o profissional que prestou atendimento às vítimas para definirem a real necessidade de remoção e o meio mais adequado a ser utilizado;

g.2) Quando o ocupante do veículo ficar hospitalizado por mais de 5 (cinco) dias em consequência de acidente de trânsito com o veículo segurado e estiver desacompanhada a Seguradora deve garantir o transporte (ida e volta) e a estada para que uma familiar possa visitá-lo.

h) Transporte ou repatriamento de corpos:

h.1) No caso de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado e houver o falecimento de ocupantes, a Seguradora deverá providenciar as formalidades necessárias para o transporte ou repatriamento do corpo, pelos meios adequados, até o local de residência habitual do Segurado.

i) Serviço de despachante:

i.1) Em caso de sinistro onde se caracterize a indenização integral do veículo, deverá ser disponibilizado serviço de despachante para auxiliar o Segurado na juntada dos documentos necessários para concluir o processo de indenização, tais como:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1.1 Cópia de prontuário e negativa de multa

1.2 Certidão negativa de furto

1.3 Extravio Prodesp

1.4 Segunda via de IPVA

1.5 Retificação de guia do IPVA

1.6 DUT, quando necessários

1.7 Extrato de certidão de multas

1.8 Certidão de propriedade de veículos

1.9 Recibo De compra e venda do veículo

1.10 Certidão da isenção de IPVA

1.11 Cópia de declaração de importação (DI)

1.12 Certidão de não localização do veículo

i.2) Comprovante do pagamento do DPVAT

i.3) Os honorários dos serviços acima relacionados serão de responsabilidade da Seguradora.

6.1.4 - Serviço de proteção completa para todos os veículos de:

- a)** Faróis;
- b)** Lanterna;
- c)** Retrovisor;
- d)** Para-choque;
- e)** Reparos arranhões 1º peça;
- f)** Reparo arranhões demais peças;

6.1.5 - Franquia reduzida para todos os itens referentes ao **subitem 6.1.4** e não poderá ser superior a R\$ 150,00 (cem reais).

6.1.6 - Na hipótese de qualquer tipo de sinistro com perda total do veículo segurado, a empresa Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o pagamento da indenização, contados do protocolo por parte do Crea-GO, dos documentos necessários à comprovação.

a) Em não sendo o caso de perda total, ou ainda no pagamento de terceiros eventualmente envolvidos, a Licitante Contratada terá o prazo de 7 (sete) dias para autorizar o(s)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

conserto(s) do(s) veículo(s), também contados do protocolo por parte do Crea-GO, dos documentos necessários à comprovação do sinistro.

6.1.7 - Na hipótese de manutenção decorrente de sinistro em que incida no pagamento da franquia por parte do Crea-GO, a Licitante Contratada deverá indicar apenas oficinas por ela credenciadas. Para tanto, deverá possuir ao menos 01 (uma) oficina nas cidades de Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Catalão, Ceres, Formosa, Goianésia, Goiânia, Goiás, Goiatuba, Iporá, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Porangatu, Quirinópolis, Rio Verde e Sant Heleba, que por sua vez deverão apresentar:

- a) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade de Situação, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, acessível por intermédio do endereço eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>

6.1.8 - O pagamento da franquia será feito diretamente a oficina, caso esta esteja em desacordo com algum dos sub-itens (4.1.7 de a à d), o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse a este oficina.

6.1.9 - Será considerada perda total do veículo a hipótese em que danos resultantes de mesmo sinistro ultrapassem, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência (100% da tabela FIPE NACIONAL).

6.1.10 - Com exceção dos veículos dos itens nº 01 e 04, deverá ser fornecido veículo reserva para os demais itens, do momento da comunicação de eventual sinistro até o término do conserto ou pagamento da indenização, que por sua vez, não ultrapassará o total de 30 (trinta) dias. Tal veículo deverá atender as especificações mínimas:

- a) Ar-condicionado;
- b) Direção hidráulica;
- c) Sem limite de quilometragem;
- d) Com seguro total, inclusive perante terceiros (mesmas coberturas de seguro do veículo do Crea-GO);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.1.11 - Histórico de sinistros no ano de 2022:

- a)** Casco: 3 (três) serviços no valor total de R\$ 14.163,24 – Veículos de placas PQP4488, POE7753 e PRN5384;
- b)** Guincho: 22 (vinte e dois) serviços no valor total de R\$ 10.971,6 – Veículos de placas PQK1828, 00A7227, PQP4448, PRN5384, PRN5644, PQP4428, 00A7227, PQP4428, PQP4428, POP4298, PRN5384, OMX8195, PQP4368, 00A7227, PQP4418, PQP4408, PQP4448, PRN5384, POF0038, POE7753, PQP4348 e PRN5214;
- c)** Chaveiro: 1 (um) serviço no veículo de placa PQF0038;
- d)** Carga de bateria: 5 (cinco) serviços no valor total de R\$ 902,50 – Veículos de placas PRN5864, PQE7753, PRN5214, PRN5214 e PQP4368.
- e)** Transporte alternativo: 3 (três) serviços no valor total R\$ 950,40 – Veículos de placas PQP4418, PQP4448 e PQK1828

7 - DO ENDOSSO

7.1 - Poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos novos veículos obedecendo às novas de inclusão por endosso.

7.2 - Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo Crea-GO e processadas pela seguradora, mediante endosso.

7.3 - Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

7.4 - A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela Área de Aquisições e Contratos.

7.5 - Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

7.6 - Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

7.7 - A devolução deverá ser realizada mediante depósito em conta do Crea-GO, devendo a empresa enviar o comprovante à Área de Aquisições e Contratos.

7.8 - Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X / 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública;

7.9 - O Valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Crea-GO à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

7.10 - Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

8 - DOS VEÍCULOS

8.1 - Relação dos veículos a serem segurados – com início da vigência as 0 (zero) horas do dia 01/05/2023 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 30/04/2024.

ITEM	VEÍCULO	ANO/ MODELO	Nº PORTAS	CAP. PASS.	CHASSIS	PLACA	FRANQUIA (MÁXIMA)
01	VW Kombi Standaard 1.4 8V TOTAL FLEX	2008/2009	04	08	9BWMF07X69 P005796	NKV-7924	R\$ 1.500,00
02	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	05	05	9BFZF55PXD 8420502	OMX-8195	R\$ 1.500,00
03	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	05	05	9BFZF55P9D 8420507	OMX-8255	R\$ 1.500,00
04	Renault Master Minibus Executive 2.3 DCI	2013/2014	04	16	93YMEN4ME EJ808314	ONE-3544	R\$ 1.500,00
05	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	05	05	93Y4SRD64F J517604	ONZ-1967	R\$ 1.500,00
06	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	05	05	93Y4SRD64F J574686	OOA-7227	R\$ 1.500,00
07	Toyota Corolla 2.0 Xei Flex 16V	2015/2016	05	05	9BRBDWHEX G0262045	PQE-7753	R\$ 2.000,00
08	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	05	05	9BWAB45U4 GT025998	PQE-9978	R\$ 1.700,00
09	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	05	05	9BWAB45UO GT026002	PQF-0078	R\$ 1.700,00
10	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	05	05	9BWAB45U6 GT029812	PQF-0038	R\$ 1.700,00
11	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	05	05	9BWAB45UO GT023472	PQK-1828	R\$ 1.700,00
12	Toyota Corolla 2.0 XRS	2019/2019	05	05	9BRBD3HE7K	QTS-1126	R\$ 1.700,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	Flex 16V				0435432		
13	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP19628TH4 167470	PQP-4498	R\$ 1.700,00
14	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4167781	PQP-4288	R\$ 1.700,00
15	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4167524	PQP-4278	R\$ 1.700,00
16	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4167477	PQP-4268	R\$ 1.700,00
17	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4171960	PQP-4328	R\$ 1.700,00
18	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP1962BTQ 4157518	PQP-4358	R\$ 1.700,00
19	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP19628TG 4155510	PQP-4348	R\$ 1.700,00
20	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4172028	PQP-4368	R\$ 1.700,00
21	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP19628TH4 172400	PQP-4338	R\$ 1.700,00
22	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8PA1962BTH 4168400	PQP-4318	R\$ 1.700,00
23	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP19628TH4 167788	PQP-4298	R\$ 1.700,00
24	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP19628TQ 4156189	PQP-4408	R\$ 1.700,00
25	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP19628TH4 171947	PQP-4258	R\$ 1.700,00
26	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP19628TG 4156829	PQP-4448	R\$ 1.700,00
27	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP19628TG 4156829	PQP-4478	R\$ 1.700,00
28	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP19628TG 4156357	PQP-4428	R\$ 1.700,00
29	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP1962BTQ 4156805	PQP-4438	R\$ 1.700,00
30	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP19638TQ 4156808	PQP-4468	R\$ 1.700,00
31	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP1962BTQ 4156327	PQP-4418	R\$ 1.700,00
32	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	05	05	8AP1962BTH 4167791	PQP-4308	R\$ 1.700,00
33	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	05	05	8AP1962BTQ 4164689	PQP-4488	R\$ 1.700,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

34	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U7J T023847	PRN-5684	R\$ 1.700,00
35	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U3J T024350	PRN-5824	R\$ 1.700,00
36	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U5J T024995	PRN-5694	R\$ 1.700,00
37	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U2J P053413	PRN-5884	R\$ 1.700,00
38	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U4J T024504	PRN-5334	R\$ 1.700,00
39	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U8J T029978	PRN-5264	R\$ 1.700,00
40	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U7J T025033	PRN-5344	R\$ 1.700,00
41	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U2J T041284	PRN-5384	R\$ 1.700,00
42	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45UXJ P047570	PRN-5214	R\$ 1.700,00
43	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U0J P053426	PRN-5844	R\$ 1.700,00
44	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45UO JT024273	PRN-5724	R\$ 1.700,00
45	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U4J P052425	PRN-5764	R\$ 1.700,00
46	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45UXJ T029948	PRN-5804	R\$ 1.700,00
47	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U3J P045935	PRN-5864	R\$ 1.700,00
48	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U3J P045935	PRN-5274	R\$ 1.700,00
49	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45U7J T024979	PRN-5644	R\$ 1.700,00
50	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	05	05	9BWAB45UAJ T024180	PRN-5744	R\$ 1.700,00
51	Ford Ranger XLS 2.2 4P	2022/2023	04	05	8AFAR23R1P J307416	SBZ6D98	R\$ 3.000,00
52	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD205PJ 518694	SCD8G38	R\$ 2.200,00
53	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD20XP J527231	SCD8G78	R\$ 2.200,00
54	RENAULT DUSTER	2022/2023	05	05	93YHJD200PJ	SCD8G88	R\$ 2.200,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT				518926		
55	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD207PJ 527235	SCD8H08	R\$ 2.200,00
56	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD204PJ 527239	SCD8H28	R\$ 2.200,00
57	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD208PJ 527227	SCD8H48	R\$ 2.200,00
58	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD207PJ 518454	SCD8I18	R\$ 2.200,00
59	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD201PJ 527232	SCD8I28	R\$ 2.200,00
60	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD200PJ 527240	SCD8I38	R\$ 2.200,00
61	RENAULT DUSTER ICONIC TCe 1.3 16v X-TRONIC CVT	2022/2023	05	05	93YHJD204PJ 403746	SCD8I48	R\$ 2.200,00

9 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 - A apólice deverá ser emitida após a assinatura do contrato e mediante Ordem de Serviço, devidamente formalizada pela Área de Aquisições e Contratos.

9.2 - A apólice deverá ser entregue ao Líder da Área de Transportes da contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

9.2.1 - Endereço para a entrega da apólice: Rua 239, nº 561, Setor Leste Universitário, Goiânia-GO, CEP: 74.605-070.

9.3 - A execução do objeto deverá ser efetuada de acordo com as normas vigentes e aplicáveis ao objeto da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a ser regulamentado pela respectiva Apólice de Seguro. Será nula toda e qualquer cláusula ou especificação constante da Apólice de Seguro que colidir com este instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Este Termo de Referência foi **elaborado** pela Área de Transportes do Crea-GO, na pessoa do servidor **Alexandre Tavares Rosa**, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração, e **aprovado** pela autoridade competente, **Eng. Lamartine Moreira Júnior**, conforme disposto nos autos do processo e com fulcro Art. 7º, § 1º, da Lei 8.666/1993 e Art. 14, inciso II do Decreto 10.024/2019.

10.2 - Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos seguintes a este.

Goiânia, 06 de fevereiro de 2023.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGAO ELETRÔNICO n.º 017/2023

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			

DISCRIMINAÇÃO

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro veicular para 61 (sessenta e um) veículos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, conforme especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência**, que faz parte integrante deste edital.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	VEÍCULO	ANO/MODELO	PLACA	VALOR ANUAL (R\$)
1	VW Kombi Standard 1.4 8V TOTAL FLEX	2008/2009	NKV-7924	
2	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	OMX-8195	
3	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	OMX-8255	
4	Renault Master Minibus Executive 2.3 DCI	2013/2014	ONE-3544	
5	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	ONZ-1967	
6	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	OOA-7227	
7	Toyota Corolla 2.0 Xei Flex 16V	2015/2016	PQE-7753	
8	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQE-9978	
9	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQF-0078	
10	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQF-0038	
11	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQK-1828	
12	Toyota Corolla 2.0 XRS Flex 16V	2019/2019	QTS-1126	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4498	
14	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4288	
15	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4278	
16	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4268	
17	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4328	
18	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4358	
19	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4348	
20	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4368	
21	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4338	
22	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4318	
23	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4298	
24	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4408	
25	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4258	
26	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4448	
27	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4478	
28	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4428	
29	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4438	
30	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4468	
31	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4418	
32	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4308	
33	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4488	
34	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5684	
35	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5824	
36	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5694	
37	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5884	
38	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5334	
39	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5264	
40	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5344	
41	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5384	
42	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5214	
43	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5844	
44	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5724	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

45	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5764	
46	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5804	
47	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5864	
48	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5274	
49	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5644	
50	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5744	
51	Ford Ranger XLS 2.2 4P	2022/2023	SBZ6D98	
52	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G38	
53	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G78	
54	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G88	
55	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H08	
56	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H28	
57	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H48	
58	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I18	
59	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I28	
60	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I38	
61	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I48	
VALOR GLOBAL:				

Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, taxa de administração, Frete, Seguro, mão de obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, tributos e/ou impostos, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Crea-GO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Declaramos, expressamente, para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexistirá qualquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supramencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Declaramos, expressamente, que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no edital.

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____ N.º da agência: _____
Conta-Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: (Observar conforme Edital)

Goiânia, _____ de _____ de 2023.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo CNPJ:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Obs: Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGAO ELETRÔNICO N.º 017/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS – CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Eng. Lamartine Moreira Júnior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º 863.195.746-15, RG n.º 1967890 SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado **Contratante**.

CONTRATADA: _____

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º **017/2023**, realizado em **25 de abril de 2023**, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e homologação do Presidente da Contratante, datado de ____/____/____, tudo constante do processo n.º **55119/2023**, que é parte integrante do presente contrato, regendo-o, no que for omissivo.

3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro veicular para 61 (sessenta e um) veículos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4 - DO VALOR E DOTAÇÃO

4.1 - VALOR

4.1.1 - O valor global da contratação é de R\$ _____. (_____). Conforme Planilha abaixo:

ITEM	VEÍCULO	ANO/MODELO	PLACA	VALOR ANUAL (R\$)
1	VW Kombi Standard 1.4 8V TOTAL FLEX	2008/2009	NKV-7924	
2	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	OMX-8195	
3	Ford/Fiesta Hatch 1.6 MPI Flex	2012/2013	OMX-8255	
4	Renault Master Minibus Executive 2.3 DCI	2013/2014	ONE-3544	
5	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	ONZ-1967	
6	Renault Logan 1.6 Expression Hi-Flex	2014/2015	OOA-7227	
7	Toyota Corolla 2.0 Xei Flex 16V	2015/2016	PQE-7753	
8	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQE-9978	
9	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQF-0078	
10	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQF-0038	
11	VW Gol Comfortline 1.6 8V Flex GVI	2015/2016	PQK-1828	
12	Toyota Corolla 2.0 XRS Flex 16V	2019/2019	QTS-1126	
13	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4498	
14	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4288	
15	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4278	
16	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4268	
17	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4328	
18	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4358	
19	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4348	
20	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4368	
21	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4338	
22	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4318	
23	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4298	
24	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4408	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

25	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4258	
26	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4448	
27	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4478	
28	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4428	
29	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4438	
30	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4468	
31	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4418	
32	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2017	PQP-4308	
33	Fiat Palio Essence 1.6 16V Flex	2016/2016	PQP-4488	
34	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5684	
35	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5824	
36	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5694	
37	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5884	
38	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5334	
39	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5264	
40	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5344	
41	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5384	
42	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5214	
43	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5844	
44	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5724	
45	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5764	
46	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5804	
47	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5864	
48	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5274	
49	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5644	
50	VW Gol Trendline 1.6 8V(G6/G7) Flex	2017/2018	PRN-5744	
51	Ford Ranger XLS 2.2 4P	2022/2023	SBZ6D98	
52	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G38	
53	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G78	
54	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8G88	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

55	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H08	
56	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H28	
57	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8H48	
58	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I18	
59	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I28	
60	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I38	
61	Renault Duster Iconic Tce 1.3 16v X-Tronic Cvt	2022/2023	SCD8I48	
VALOR GLOBAL:				

4.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.1.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.2 - DOTAÇÃO

4.2.1 - As despesas decorrentes desta contratação, correrá por conta da Dotação Orçamentária, do exercício de 2023, nº 6.2.2.1.1.01.04.09.023 - Seguros de Bens Móveis.

4.2.2 - No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

5.1 - São partes integrantes do presente Contrato, guardadas as necessárias conformidades, independente de transcrição ou referências, todo o teor do Processo Administrativo da Contratante, principalmente o Edital e Termo de Referência, bem como a proposta da Contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 - A especificação técnicas dos serviços e demais condições a ele referentes são aquelas descritas no **Anexo I - Termo de Referência**.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3 - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4 - Prestar à Contratada e a seus representantes e colaboradores, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados

7.5 - Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário.

7.6 - Manter equipe interna à disposição da Contratada para acompanhamento, participação em reuniões, fornecimento de informações e esclarecimentos quanto às diretrizes do trabalho;

7.7 - Designar fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

7.8 - Atestar a nota fiscal/fatura ou devolvê-la, em caso de desacordo ou por descumprimento ao pactuado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento e encaminhando para pagamento, desde que cumpridas todas as exigências pactuadas;

7.9 - Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições e prazos estabelecidos no instrumento contratual, desde que cumpridas todas às exigências pactuadas;

7.10 - Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de empregado ou preposto da contratada que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício da função que lhe fora atribuída.

7.11 - Fiscalizar os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os originais quando julgar necessário.

7.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Em cumprimento às suas obrigações, cabe à contratada:

8.2 - Cumprir a legislação e as normas técnicas, inclusive da ABNT e da SUSEP, inerentes à execução do objeto e a sua atividade.

8.3 - Após a convocação, firmar o Contrato no prazo máximo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas.

8.4 - Cumprir os prazos para a execução do objeto.

8.5 - Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas.

8.6 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Crea-GO em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, cujas reclamações se obriga a se manifestar e a atender prontamente.

8.7 - Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto.

8.8 - Fornecer para seus empregados todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive e principalmente, aqueles que se referirem à proteção individual e coletiva.

8.9 - Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 - Substituir, sempre que exigido pelo Crea-GO e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

8.11 - Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações vigentes.

8.12 - Assumir:

8.12.1 - Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto.

8.12.2 - Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Crea-GO.

8.12.3 - Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda acontecido em dependência do Crea-GO.

8.12.4 - Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

8.12.5 - Todos os eventuais danos causados diretamente ao Crea-GO, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.

8.12.6 - Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do Crea-GO.

8.12.7 - Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, bem como aquelas realizadas com eventuais terceirizações, ficando o Crea-GO isento de qualquer vínculo empregatício.

8.12.8 - Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem qualquer alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Crea-GO e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.

8.13 - Indicar e manter o seu representante junto ao Crea-GO, que durante o período de vigência do Contrato será a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para as reclamações que porventura surjam durante a execução do objeto.

8.14 - Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do Crea-GO a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.15 - Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Crea-GO, apresentando cópia à fiscalização deste instrumento.

8.16 - Não contratar para atuar na execução do objeto servidor pertencente ao quadro pessoal do Crea-GO, ou terceiro que já lhe preste serviços.

8.17 - Manter atualizado o banco de dados dos empregados que estejam eventualmente desempenhando suas atividades nas instalações do Crea-GO, contendo, minimamente: nome, CPF, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado.

8.18 - Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Crea-GO, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, se for o caso.

8.19 - Providenciar, sem custos e/ou procedimentos adicionais, a imediata substituição de qualquer insumo inadequado, assim considera como sendo aquele que não atenda às especificações deste instrumento.

8.20 - Executar o objeto como esmero e correção, refazendo tudo aquilo que for impugnado pelo Fiscal do Contrato, mesmo que já realizado ou em execução, sem acréscimo de prazo e/ou ônus para o Crea-GO.

8.21 - Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno às atividades do Crea-GO.

8.22 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, formalmente e por meio de protocolo, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação ajustada, visando à adoção das medidas cabíveis por parte do Crea-GO.

8.23 - Não utilizar o nome e/ou logomarca do Crea-GO em qualquer tipo de divulgação da atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto.

8.24 - Não se pronunciar a imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do Crea-GO que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto.

8.25 - Realizar reuniões periódicas com o Fiscal do Contrato, se convocado, para avaliação do andamento da execução do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.26 - Registrar as ocorrências observadas durante a execução do objeto, bem como informar prontamente ao Crea-GO eventuais anormalidades.

8.27 - Adotar as demais providências pertinentes ao seu encargo e aqui não expressamente nomeadas, para assegurar a operacionalização do objeto deste instrumento, com eficiência e atendimento a legislação.

9 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1 - Objetiva-se estabelecer a regra de proteção de dados no instrumento de contrato, de acordo com os princípios e finalidades elencados nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei n. 13709/2018. Acrescenta-se que esse tratamento é direcionado à execução de atividades necessárias para o alcance das finalidades de serviço.

9.1.1 - O Contratado deve atender estritamente aos objetos que foram especificados na celebração de contrato/convênio/acordo de cooperação técnica ou instrumento congêneres, no que diz respeito ao tratamento de todo ou qualquer dado pessoal, observando os princípios e finalidades estabelecidos pela lei. Em caso de inobservância ao que foi proposto, será penalizado dentro das esferas administrativa, civil e criminal.

9.1.2 - Estabelece-se o comprometimento de garantir o sigilo e confidencialidade sobre o tratamento de dados pessoais realizados com a finalidade de dar cumprimento ao que foi firmado neste documento, respeitando o que dispõe a LGPD, em que é vedado compartilhar esses dados com outras pessoas físicas ou jurídicas, exceto em casos legalmente amparados, isto é, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

9.1.3 - Deve a Contratada cientificar formalmente seus empregados das obrigações e condições apresentadas nessa cláusula, abarcando a Política de Privacidade do Crea-GO.

9.1.4 - Haverá a cooperação entre as partes, no que diz respeito ao cumprimento de obrigações decorrentes dos direitos dos Titulares de Dados em conformidade com a LGPD, Regulamentos vinculados à Proteção de Dados vigentes, além de solicitações e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e demais Órgãos de controle administrativo.

9.1.5 - Com o propósito de declarar a finalidade do tratamento, conforme disposto na LGPD, o Crea-GO terá acesso aos dados pessoais dos titulares da Contratada, como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, dentre outros documentos que possivelmente serão exigidos para a execução do objeto firmado entre as partes.

9.1.6 - O Contratado declara que está ciente do conteúdo disposto na LGPD e firma o compromisso de adequação de seus procedimentos internos a fim de resguardar o compartilhamento de dados entre as partes e seus sistemas que servirão de base para o armazenamento dos dados pessoais coletados.

9.1.7 - O Contratado e o Crea-GO tem a obrigação da comunicação entre as partes, no prazo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência diversa de incidentes de segurança, aos quais enquadram-se como acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilegítimas de destruição, perda, alteração, comunicação, dentre demais situações que se configurem como tratamento inadequado ou realizado de forma ilegal, em que os procedimentos de noticiar a parte esteja de acordo com o que está previsto no art. 48 da LGPD.

9.1.8 - O Contratado tem por dever fazer a manutenção e a conservação do registro do tratamento de dados pessoais, cuja realização está atrelada a efetivação do objeto do instrumento firmado entre as partes, ainda, após a finalização da necessidade do tratamento de dados pessoais, esses deverão ser devidamente descartados.

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será efetuado de forma parcelada, em 10 (dez) vezes, sendo o pagamento da primeira parcela em **30 (trinta) dias a partir das vigências das respectivas coberturas, mediante a apresentação da Apólice de Seguros**, contados a partir da entrega da Nota Fiscal, devendo esta ser encaminhada pelo interessado para o e-mail **administrativo@creago.org.br**, contendo, ainda, a descrição, valor unitário e total, e dados bancários, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

10.1.1 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura e Relatórios apresentados em relação aos serviços prestados.

10.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

10.4 - O documento de cobrança deverá conter ao menos:

10.4.1 - CNPJ da Contratada conforme preâmbulo do Contrato;

10.4.2 - Descrição clara do objeto;

10.4.3 - Valor cobrado em conformidade com as condições contratuais pactuadas, discriminando valor unitário e valor total.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.5 - O Crea-GO fará retenção dos tributos e das contribuições federais devidos, se comprometendo sua quitação no prazo legal, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.234/2012.

10.5.1 - Não serão retidos os valores correspondentes aos tributos citados, nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), conforme disposto no inciso XI do art. 4 da Instrução Normativa RFB 1.234/2012.

10.6 - Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas referentes a Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Certidões relativas ao FGTS, CNDT e Tributos Federais, Estadual e Municipal, e ainda Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento. Essa consulta será realizada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666.

10.6.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.7 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = 6 / 100 / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	--------------------------	--

10.8 - O pagamento será efetuado preferencialmente por meio de boleto bancário ou mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou, ainda, por outro meio previsto na legislação vigente.

10.9 - O Crea-GO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

11 - DO REAJUSTE

11.1 - Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o *Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC*, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

13 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1 - O prazo de vigência é **0 (zero) horas do dia 01/05/2023 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 30/04/2024**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

13.1.1 - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos no Diário Oficial da União é condição indispensável para sua eficácia, conforme previsão do Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante do Crea-GO, nomeado por intermédio de Portaria da Presidência, ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído conforme conveniência e oportunidade da Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16 - DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

16.1 - A Contratada é responsável, com exclusividade, pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do objeto, bem assim, qualquer eventual indenização que decorra da relação laboral, inclusive em casos de morte, lesões corporais e/ou psíquicas, que impliquem ou não em impossibilidade do trabalho do empregado, ocorridas na persecução do objeto.

16.2 - A Contratada é a única responsável pela contratação dos empregados com qualidades específicas, e habilitados na forma lei, para execução do objeto ora contratado, sendo a única empregadora para todos os efeitos legais.

16.3 - Nenhum vínculo empregatício, sob hipótese alguma, se estabelecerá entre o Crea-GO e os empregados da Contratada, que responderá por toda e qualquer Ação Judicial por eles proposta, originada na execução do objeto deste instrumento.

16.4 - A Contratada reconhecerá como seu débito líquido e certo, o valor que for apurado em Execução de Sentença em Processo Trabalhista, ajuizado por seu ex-empregado, ou no valor que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

for ajustado entre o Crea-GO e o reclamante, na hipótese de acordo efetuado nos Autos do Processo Trabalhista.

16.5 - A inadimplência da Contratada, relativa aos encargos indicados no caput desta cláusula, não transfere automaticamente a responsabilidade por seu pagamento ao Crea-GO, nem poderá desonerar o objeto, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Crea-GO.

17 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

17.1.1 - Por ato unilateral e escrito da Contratante, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento;

17.1.2 - Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1.3 - Judicialmente, nos termos do art. 79, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 - A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

18 - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

18.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) Cometer fraude fiscal.

18.2 - Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) Multa de:

b.1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

b.4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

b.5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

b.6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

d) Sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

d.1) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem **18.1** deste Termo de Referência.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18.3 - As sanções previstas nos subitens “a”, “c”, “d” e “e” poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
---	--	----

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Não apresentar, quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e/ou previdenciária.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Atrasar a entrega de informações, o início ou o término da prestação de serviços.	01

18.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Crea-GO, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Crea-GO poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

19.1 - O presente contrato fundamenta-se:

19.1.1 - Nas normas da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações;

19.1.2 - Nos preceitos de direito público;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

19.1.3 - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

19.1.4 - Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

20 - DAS VEDAÇÕES

20.1 - É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

21 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22 - DOS CASOS OMISSOS

22.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23 - DA PUBLICAÇÃO

23.1 - Caberá ao Crea-GO providenciar, por sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais aditamentos, na Imprensa Oficial e no prazo legal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

24 - DO FORO

24.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, circunscrição do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer questões, oriundas deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa.

24.2 - E, por estarem acordes, assinam este instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratada e as testemunhas arroladas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2023.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Eng. Lamartine Moreira Júnior
Presidente do Crea-GO
Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada